



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENO MARTINS COSTA

TRIBUNAL PLENO – SESSÃO DE 01/10/2014 – ITEM 17

PEDIDO DE REEXAME

TC-001148/026/11

Município: Juquiá.

Prefeito: Mohsen Hojeije.

Exercício: 2011.

Requerente: Prefeitura Municipal de Juquiá.

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 17-09-13, publicado no D.O.E. de 10-10-13.

Advogado: Gilberto Matheus da Veiga.

Acompanham: TC-001148/126/11 e Expedientes: TC-000670/012/11, TC-022847/026/11, TC-008297/026/12, TC-023557/026/12 e TC-042595/026/13.

Procurador de Contas: João Paulo Giordano Fontes.

Fiscalização atual: UR-12 – DSF-II.

RELATÓRIO

Em sessão de 17/09/13, a Primeira Câmara emitiu parecer desfavorável às contas do Município de Juquiá, relativas ao exercício de 2011, tendo em vista a insuficiente aplicação dos recursos recebidos do Fundeb (98,94%).

Naquela oportunidade, restou consignado que ocorreram glosas de restos a pagar não liquidados até 31/03/2012 e cancelamento de restos a pagar sem justificativa.

Inconformado com a r. decisão, o Prefeito interpôs Pedido de Reexame, acrescido de documentos (fls. 180/194), alegando em síntese que: a totalidade da verba advinda do Fundeb, acrescida de rendimentos financeiros, correspondeu a R\$



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENO MARTINS COSTA

6.368.361,02¹; o valor empenhado no exercício de 2011 atingiu 100% dos recursos recebidos, havendo saldo remanescente de R\$ 20.094,01; empenhos cancelados no exercício de 2012 corresponderam a R\$ 60.289,43; houve abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.383,44 (= somatória daquelas quantias), através da Lei nº 531, de 20/03/12, tendo tal importância sido utilizada em 30/03/2012 (anexos II, III e IV); o saldo dos restos a pagar/2011 não quitados até 31/03/12 correspondeu à quantia irrisória de R\$ 4.695,99², não cabendo rejeição das contas por esse único motivo.

Informou que o percentual de aplicação dos recursos advindos do fundo correspondeu efetivamente a 99,93%, pleiteando, ao final, o provimento do apelo.

O Setor de Cálculos de ATJ acolheu as razões recursais. Constatou que, de fato, houve empenho de 100% da verba recebida do Fundeb em 2011 (R\$ 6.348.267,01) e uso, no 1º trimestre/2012, da parcela diferida (R\$ 20.094,01), acrescida dos restos a pagar cancelados em 30/01/12 (R\$ 60.289,43 = R\$

¹ Computada contribuição para o PASEP (R\$ 65.803,04), incluída erroneamente no Fundeb 60%.

²

Empenho	Credor	Aplicação	Valor	Pgto.
5415	INSS-parcela patronal profiss.magistério	Fundeb 60%	1.144,23	-----
1157	Lumiere-Cooperativa Profiss.do Ensino	Fundeb 40%	1.803,75	15/06/12
1574	Produtos informática p/escolas	Fundeb 40%	1.748,00	-----



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RECORRENTE MARTINS COSTA

80.383,44, fl. 194), conforme consta, inclusive, dos registros do Sistema Audeesp (planilhas de fls. 199/200).

Concordou com o percentual apurado pelo recorrente (99,93%), acolhendo a glosa dos restos a pagar não quitados até 31/03/12 (R\$ 4.695,98), valor considerado irrisório por ATJ Jurídica e Chefia, que opinaram pelo provimento do apelo³.

Por outro lado, o d. MPC manifestou-se pelo não provimento.

É o relatório.

SK

³ TCs 1139/026/11, 1432/026/11, 1464/026/11, 1400/026/11, TC-1438/026/11, 1225/026/11 e 1446/026/11.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

VOTO PRELIMINAR

O parecer foi publicado no Diário Oficial do Estado de 10/10/13 e o recurso interposto, por parte legítima, em 06/11/13. Respeitados os requisitos estabelecidos no artigo 71 da Lei Complementar 709/93, dele conheço.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO REMATO MARTINS COSTA

VOTO DE MÉRITO

A aplicação insuficiente da verba advinda do Fundeb resultou no r. parecer desfavorável.

Após análise das razões recursais, entendo que o apelo merece ser provido.

De fato, o valor total empenhado no exercício de 2011 correspondeu a 100% da verba recebida do Fundeb (R\$ 6.348.267,01).

A parcela diferida, acrescida dos restos a pagar cancelados ($R\$ 20.094,01 + R\$ 60.289,43 = R\$ 80.383,44$), foi utilizada para pagamento do pessoal do ensino em 30/03/12, conforme documentos de fls. 194, 199 e 200.

O índice de aplicação da verba do Fundeb caiu de 100% para 99,93%, posto que restando o valor de R\$ 4.695,99.

Tal importância representa quantia irrisória, já que corresponde a 0,07% da totalidade dos recursos recebidos do fundo.

Sendo assim, na hipótese dos autos, relevo excepcionalmente a falha e filio-me ao entendimento da eminente Conselheira Cristiana de Castro Moraes, proferido no processo das



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

contas municipais de Iaras, do exercício de 2011, na sessão da E. Primeira Câmara de 25/06/13, abaixo transcrito:

"Quanto ao FUNDEB, há de ser lembrado que a Administração procedeu o empenho do total recebido e, em consequência da exclusão feita sobre despesas no valor de R\$ 1.592,26, o percentual aplicado caiu para 99,95%.

Primeiro é preciso dizer que foi superada aplicação de 95% dentro do próprio exercício e, do mesmo modo, superada a meta constitucional de investimentos na valorização dos profissionais da educação.

...

Sobre a questão concreta, como lembrado pela ATJ, é preciso relembrar que, não obstante o pequeno valor destacado, representando apenas 0,05% do total recebido do FUNDEB, a Municipalidade procedeu investimentos no ensino geral que excederam o mínimo constitucional em R\$ 188.879,96. "

Diante do exposto, voto pelo **provimento** do pedido de reexame de fls. 180/184, alterando-se a r. decisão de fls. 175/176, com a emissão de **parecer favorável** à aprovação das contas da **Prefeitura de Juquiá**, do **exercício de 2011**.

RENATO MARTINS COSTA
CONSELHEIRO